PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 38, n. 1 – p. 01 – 22, jan./mar. 2020 – Florianópolis

ISSNe 2175-795X

Interfaces de gênero, infância e Educação Infantil na Pós-Graduação em Educação brasileira (1996 a 2015)

Sandro Vinicius Sales dos Santos

Resumo

Neste artigo, propôs-se uma revisão das teses e das dissertações defendidas entre 1996 e 2015 nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil e que consideraram as crianças interlocutoras em pesquisas sobre relações de gênero. O objetivo consistiu em analisar a produção acadêmica brasileira do campo da Educação com vistas a compreender as especificidades das investigações sobre gênero, infância e Educação Infantil, a partir da leitura de teses e de dissertações defendidas no período mencionado. O *corpus* de análise compreendeu cinco teses e 24 dissertações agrupadas nas categorias: pedagogias de gênero produzidas por adultos para as crianças; relações de gênero entre as crianças; e falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças. A análise destacou as principais correntes teórico-metodológicas presentes na investigação sobre a temática, ressaltou as aproximações e os distanciamentos na produção acadêmica e evidenciou a constituição recente de um campo de pesquisas na Pós-Graduação brasileira.

Palavras-chave: Relações de gênero. Educação Infantil. Produção acadêmica.

Sandro Vinicius Sales dos Santos
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM
E-*mail*: sandrovsantos@gmail.com
http://orcid.org/0000-0002-9666-3639

Recebido em: 12/08/2018
Aprovado em: 11/11/2019

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e61812

Abstract

Gender, childhood and Early Childhood Education in the Graduate Programs in Education (1996 to 2015)

In this paper, it was proposed a review of Doctoral dissertations and Master's theses defended between 1996 and 2015 in the Graduate Programs in Education in Brazil and that considered children as interlocutors in research on gender relations. The aim was to analyze the Brazilian academic production in the field of Education in order to understand the specificities of the investigations on gender, childhood and Early Childhood Education, based on the reading of dissertations and theses defended in the period mentioned. The analysis corpus comprised five Doctoral dissertations and 24 Master's theses grouped into the following categories: gender pedagogies produced by adults for children; gender relations among children; and lack of adult skills regarding the gender relations experienced by children. The analysis highlighted the main theoretical and methodological currents present in the investigation on the theme, emphasized the similarities and differences in academic production and stressed the recent constitution of a research field in Brazilian Graduate Programs.

Keywords:
Gender relationships.
Early Childhood Education.
Academic production.

Resumen

Interfaces de género, infancia y Educación Infantil en la Post-grado en Educación brasileña (1996 a 2015)

En este artículo, se propuso una revisión de las tesis y de las disertaciones defendidas entre 1996 y 2015 en los programas de Postgrado en Educación en Brasil y que consideraron a los niños interlocutores en investigaciones sobre relaciones de género. El objetivo fue analizar la producción académica brasileña del campo de la Educación para comprender las especificidades de las investigaciones sobre género, infancia y Educación Infantil, a partir de la lectura de tesis y de disertaciones defendidas en el período mencionado. El *corpus* de análisis comprendió 5 tesis y 24 disertaciones agrupadas en las categorías: pedagogías de género producidas por adultos para los niños; relaciones de género entre los niños; y la falta de preparación de los adultos frente a las relaciones de género vivenciadas por los niños. El análisis destacó las principales corrientes teórico-metodológicas presentes en la investigación sobre la temática, resaltó las aproximaciones y los distanciamientos en la producción académica, y evidenció la constitución reciente de un campo de investigaciones en el Posgrado brasileño.

Palabras claves:
Relaciones de género.
Educación Infantil.
Producción académica.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um estudo que analisou a produção acadêmica brasileira do campo da educação que, entre os anos de 1996 e 2015, investigou as interfaces de gênero, infância e Educação Infantil[1]. Produzido a partir de dados oriundos de um estudo mais amplo, realizado no âmbito de Doutorado[2], o artigo analisa as teses e as dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) do Brasil nos últimos 20 anos.

Presencia-se, nesse período, um aumento dos estudos e das pesquisas que se ocuparam em compreender o cotidiano dos espaços de educação e cuidado destinados às crianças de zero a seis anos com foco nas relações de gênero. Tal produção tem demonstrado expressiva relevância por evidenciar, dentre diferentes questões, a emergência do interesse dos/as pesquisadores/as do campo educacional pelas relações de gênero vivenciadas por crianças de até seis anos de idade no contexto de creches e pré-escolas (FARIA, 2006; SILVA; LUZ, 2010).

Esse fenômeno é alavancado pelo fato de que, a partir da década de 1980, a área da Educação Infantil, impulsionada pela ação de pesquisadores/as, militantes e profissionais, promoveu um refinamento das formas de conceber a criança pequena e sua educação com importantes efeitos sobre a política educacional brasileira. Se, antes, os modelos de Educação Infantil (creches e pré-escolas) fundamentavam-se em abordagens de cunho meramente assistencialistas e/ou compensatórios, após transformações significativas em âmbito legislativo, instaurou-se, na área, um processo de produção de novos sentidos sobre a criança pequena, cujos paradigmas de referência se ancoram em pressupostos do campo educacional, fato impulsionado tanto por setores organizados da sociedade civil quanto pela produção acadêmica da área.

Evidencia-se, desse modo, que tais transformações decorreram do preceito constitucional de que, dentre outras provisões, garantiu o direito das crianças de até seis anos de idade à frequência em espaços coletivos de Educação Infantil. Desse modo, creches e pré-escola, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, passaram a ser reconhecidas como instituições educativas que constituem a primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1988) – o que é ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990) e, também, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Historicamente, a expansão da rede pública de creches e de pré-escolas em nosso país – instituições, hoje, articuladas em torno de uma proposta pedagógica unificada pela indissociabilidade entre as práticas sociais de cuidado e de educação – apresenta estreito vínculo com o ingresso cada vez mais acentuado de mulheres/mães no mercado de trabalho (também se relacionando às lutas e às conquistas do movimento feminista). Tais ações contribuíram para que, progressivamente, esses espaços públicos de vida coletiva fossem legitimados com a denominação de instituições de Educação Infantil –

expressão inaugurada pela LDBEN Nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Desse modo, os cuidados e a educação das crianças de até seis anos, que anteriormente eram exclusividades das famílias, de instituições privadas ou, em última instância, de instituições de cunho comunitário, por meio das transformações nos marcos regulatórios da área, passam a ser responsabilidade também do Estado. Assim, o convívio e o confronto entre os diferentes atores que cotidianamente se encontram nas instituições de Educação Infantil tornam-se alvo do escrutínio de pesquisadores/as imbuídos/as do desejo de compreender e de analisar as especificidades de tais relacionamentos, cujos quadros de referência apontam para as mais distintas relações de poder (ROSEMBERG, 1996; FARIA, 2006; SILVA; LUZ, 2010).

Diante desse cenário e frente à produção acadêmica brasileira dos dois últimos decênios, problematizam-se as seguintes questões: O que se tem produzido nesse período sobre as relações de gênero na perspectiva das crianças? Quais as especificidades das pesquisas sobre relações de gênero entre as crianças em espaços de cuidado e educação? Quais metodologias são apontadas como mais eficazes para se captar a densidade das experiências de gênero vivenciadas por crianças de até seis anos em espaços de cuidado e educação?

Cumpre esclarecer que, embora coexistam compreensões diversas acerca do conceito de gênero no interior dos estudos feministas (CARVALHO, 2012), tal construto é aqui compreendido como um conjunto de códigos culturais produzidos **sobre** e **a partir** dos modos como os corpos são socialmente significados ao passo em que são concomitantemente construídos. Trata-se, pois, de uma *performance* cotidiana que é recorrentemente aberta à reflexão e ao questionamento; desse modo, o conceito de gênero conforma-se como um construto individual, metódico, recorrente e situado nas interações interpessoais (WEST; ZIMMERMAN, 1987; THORNE, 1993; CONNELL; PEARSE, 2015), nas quais os indivíduos constroem o gênero ao passo em que são por ele produzidos.

Ao analisar a produção acadêmica recente sobre gênero, infância e Educação Infantil, constatam-se outros balanços da produção científica que ora buscaram compreender a constituição da área da Educação Infantil (ROCHA, 1999), ora procuraram analisar as pesquisas sobre infância na Pós-Graduação em Educação (ROCHA, 2008; MARTINS FILHO, 2010), ora objetivaram identificar a incidência do tema nos periódicos de cunho feministas (PRETTO; LAGO, 2013), ora objetivaram mapear a produção científica sobre a temática em contextos internacionais (MORROW, 2006). Para cumprir os objetivos propostos, foram selecionadas as teses e as dissertações defendidas nas duas últimas décadas nos PPGEs do país, *corpus* de análise que, conforme será discutido ao longo do artigo, evidencia um aprimoramento das formas de compreender tal fenômeno educacional.

Contextualizando a seleção dos textos

No período compreendido entre os anos de 1996 e 2015, foi possível identificar 45 estudos produzidos no cenário acadêmico brasileiro do campo educacional. Foram utilizados, no processo de seleção dos trabalhos, os descritores "relações de gênero" e "infância", sendo associados termos correlatos a essa última palavra-chave (como, por exemplo, crianças, perspectiva das crianças, ponto de vista das crianças, experiência das crianças, meninos e meninas, dentre outros).

A escolha pelo referido recorte temporal (a partir do ano de 1996), na busca pelos trabalhos acadêmicos sobre gênero, infância e Educação Infantil, justifica-se por diferentes motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de que, naquele ano, conforme apontado anteriormente, com a promulgação da LDBEN Nº 9.394/1996, creches e pré-escolas passaram a integrar os sistemas de ensino. Em segundo lugar, concomitantemente, esse mesmo período compreende um momento peculiar de expansão da produção acadêmica nacional, uma vez que se verifica expressivo aumento dos cursos de Pós-Graduação no Brasil (ROCHA, 1999; MARTINS FILHO, 2010). Por último, mas não menos importante, observa-se o acréscimo de investigações que tomam as crianças como referentes empíricos nos estudos sobre infância, fenômeno impulsionado por investigações conceitualmente matizadas em referenciais oriundos da renovação dos quadros teórico-metodológicos das ciências humanas e sociais (JAMES; PROUT, 1997; MORROW, 2006; SANTOS; SILVA, 2016; SANTOS, 2017).

Cumpre esclarecer que o levantamento do referido *corpus* de análise foi realizado durante o primeiro semestre de 2016 no banco de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo muitos dos *downloads* dos textos realizados no *site* do domínio público, no *site* do Instituto Brasileiro de Ciência e tecnologia (IBICT) por meio da consulta na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

O processo de captação das teses e das dissertações foi realizado em duas fases. Na primeira, os 45 trabalhos foram organizados em planilhas do *Microsoft Excel*, nas quais foram distribuídos por sua natureza (um primeiro plano agrupou as teses e as dissertações; o segundo, somente as teses; e o terceiro, apenas as dissertações de Mestrado). Nesse primeiro momento, deu-se preferência à leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave dos trabalhos. Assim, chegou-se ao quantitativo de 40 trabalhos, uma vez que essa análise prévia dos textos permitiu verificar quais estudos eram condizentes com o escopo do levantamento.

Na segunda fase, os 40 trabalhos inicialmente selecionados foram lidos na íntegra. Essa leitura possibilitou identificar 29 estudos que versavam especificamente sobre gênero, infância e Educação Infantil e consideraram as crianças como referentes empíricos, isto é, que tomaram meninos e meninas como sujeitos capazes de, no processo de produção dos dados, falar sobre suas próprias experiências

sociais (CAMPOS, 2008; ALDERSON, 2009). A leitura minuciosa das teses e das dissertações possibilitou compará-las, classificá-las e interpretá-las à luz dos objetivos propostos no âmbito deste levantamento. Tais agrupamentos foram produzidos com o objetivo de estabelecer um quadro comparativo que permitisse identificar tanto pontos de interseção quanto de dispersão na produção acadêmica, evidenciando regularidades e tendências sem, contudo, deixar de atentar para o assimétrico e o peculiar.

No que diz respeito ao quantitativo de teses e de dissertações defendidas por ano nos Programas de Pós-Graduação, os estudos encontram-se distribuídos conforme apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Teses e dissertações defendidas por ano que versam sobre gênero, infância e Educação Infantil

Ano de publicação	Quantidade de pesquisas
1996	0
1997	1
1998	0
1999	0
2000	0
2001	0
2002	0
2003	1
2004	3
2005	4
2006	1
2007	1
2008	2
2009	4
2010	2
2011	1
2012	1
2013	5
2014	1
2015	2
Total	29

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

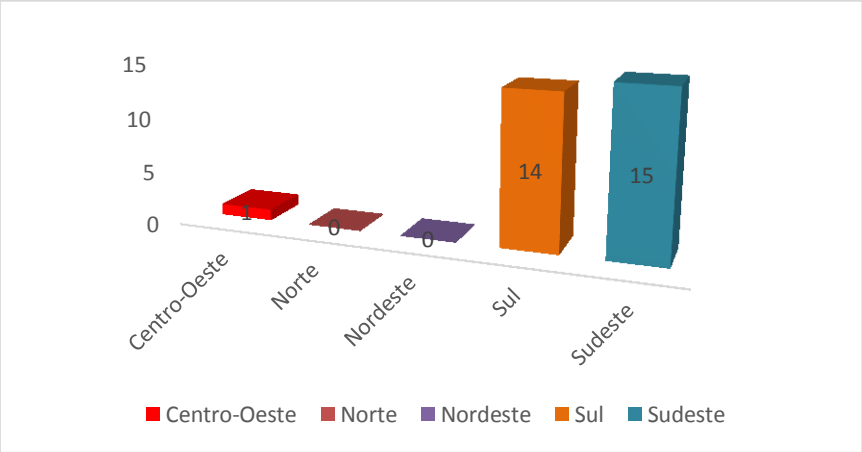
De acordo com a Tabela 1, percebe-se que, embora existam variações no quantitativo dos estudos produzidos por ano, há um progressivo aumento das pesquisas sobre gênero, infância e Educação Infantil nos PPGEs do país. Desse modo, desde 2003, a temática passa a se consolidar com expressividade no âmbito da formação acadêmica em nível de Pós-Graduação *stricto sensu,* haja vista que, a partir desse ano, pelo menos um trabalho foi defendido nos PPGEs distribuídos pelo país.

Das 29 pesquisas, cinco são teses de Doutoramento e 24 pesquisas são dissertações de Mestrado. Se considerarmos a densidade dos estudos no âmbito de Doutorado (que celebram a formação profissional de novos pesquisadores, cujas pesquisas encontram-se compromissadas com a produção do conhecimento) em relação aos estudos de Mestrado (cuja especificidade reside na desenvoltura de pesquisadores iniciantes no uso de técnicas de produção de dados, ainda que seja possível estabelecer

compromisso com a construção teórica de determinadas áreas), a temática tem servido como mote para inserção de estudantes nas práticas de investigação científica se configurando como um tema ainda pouco aprofundado. No período investigado, registra-se a defesa de cinco teses, das quais duas autoras iniciaram os estudos no âmbito do Mestrado com a temática relativa a gênero, infância e Educação Infantil (FINCO, 2004; GUIZZO, 2005) e prosseguiram estudando o tema em investigações doutorais (FINCO, 2010; GUIZZO, 2011).

O levantamento das teses e das dissertações permitiu visualizar a concentração de trabalhos por região do país. No período analisado, foram encontradas 15 pesquisas produzidas nos PPGEs da região Sudeste; seguidas de outras 13 investigações realizadas nos PPGEs da região Sul; e apenas uma pesquisa desenvolvida na região Centro-Oeste. Não foram registrados trabalhos desenvolvidos nas regiões Norte e Nordeste, de acordo com o Gráfico 1 que segue.

Gráfico 1 - Teses e dissertações produzidas entre 1996 e 2015 por região do país



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados em abril de 2016.

Do ponto de vista da distribuição da produção acadêmica brasileira por Unidades da Federação, o estado de São Paulo lidera com 10 pesquisas; seguido do estado do Rio Grande do Sul, que apresenta seis investigações. O terceiro estado brasileiro a apresentar um volume considerável de pesquisas é Santa Catarina, com cinco trabalhos. Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná trazem dois trabalhos cada; e Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro dispõem de uma pesquisa cada, conforme visualizado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Teses e dissertações produzidas entre 1996 e 2015 por Unidade Federativa

Unidade da Federação	Quantidade de trabalhos
Espírito Santo	2
Mato Grosso do sul	1
Minas Gerais	2
Paraná	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	6
Santa Catarina	5
São Paulo	10
Total	29

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados em abril de 2016.

O *corpus* de pesquisa[3] foi produzido por meio de categorias emergentes do procedimento de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979), configura-se como

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Na qualidade de procedimento analítico, tal técnica transita entre os extremos da investigação científica, pois concentra o rigor metodológico característico da objetividade e a fertilidade oriunda da subjetividade, resultando na elaboração de apontamentos quantitativos e/ou qualitativos que conduzem o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência (BARDIN, 1979). Para fins deste estudo, optou-se por realizar uma análise de conteúdo categorial, devido ao seu alinhamento à proposta de investigação e ao seu alcance na "[...] aplicação de discursos diretos (simplificações manifestas) e simples" (BARDIN, 1979, p. 153).

Desse modo, a apreciação deste *corpus* de análise possibilitou uma dupla percepção acerca da produção acadêmica brasileira dos últimos 20 anos, pois, por um lado, consentiu evidenciar características peculiares das publicações relativas ao tema, também permitindo, por outro lado, problematizar o material pesquisado, fatores que, quando combinados, resultaram em um olhar possível, singular e datado sobre a produção recente da área (PRETTO; LAGO, 2013).

Gênero, infância e Educação Infantil nas teses e nas dissertações

Do ponto de vista das temáticas de pesquisa, as teses e as dissertações foram analisadas de acordo com os seguintes agrupamentos: pedagogias de gênero produzidas para as crianças; relações de gênero na perspectiva das crianças; e falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Temáticas das teses e das dissertações produzidas entre 1996 e 2015

Temáticas	Quantidade de trabalhos
Pedagogias de gênero produzidas pelos adultos para as crianças	11
Relações de gêneros na perspectiva das crianças	12
Falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças	6
Total	29

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados em abril de 2016.

A seguir, são aprestadas as principais características dos trabalhos reunidos em cada um desses agrupamentos como forma de melhor apreensão das especificidades da produção recente de teses e de dissertações que analisaram as interfaces de gênero, infância e Educação Infantil, tendo as crianças como

interlocutoras no processo de produção de dados de pesquisa.

Pedagogias de gênero produzidas pelos adultos para as crianças

Um primeiro conjunto de investigações desse levantamento foi reunido sob a égide das pesquisas cujas temáticas versam sobre as **pedagogias de gênero produzidas pelas/os adultos/as (professoras/es) e destinadas às crianças** (AZEVEDO, 2003; GUIZZO, 2005, 2011; ARGÜELLO, 2005; GUERRA, 2005; BELLO, 2006; BÍSCARO, 2009; CARVALHAR, 2009; BERTUOL, 2013; TOMAZELLI, 2014; PEREIRA, 2014). Esse grupo de trabalhos considera que o processo de socialização, desde a Educação Infantil, contribui ativamente para a construção da identidade de gênero das crianças, por meio de práticas e de rituais presentes no cotidiano (com efeitos tanto sobre homens e mulheres quanto meninos e meninas) que convivem em um contexto de vida coletiva. Nesse sentido, tais estudos demonstram a relevância de investigarem-se as pedagogias de gênero presentes na Educação Infantil (BERTUOL, 2013).

Os trabalhos presentes nesse grupo demonstram que, em diferentes dimensões e práticas curriculares da Educação Infantil, circulam variados significados sobre ser menino e menina e, nesse sentido, as teses e as dissertações aqui reunidas deixam seu contributo para a produção acadêmica da área na medida em que evidenciam como tais significados operam na construção de identidades **generificadas** das crianças. Desse modo, "[...] todas as práticas, saberes, vivências, experiências e exercícios proporcionados [...] têm efeito sobre os infantis, sobre suas vidas, sobre suas possibilidades e limitações, sobre o que são ou serão" (CARVALHAR, 2009, p. 142), do ponto de vista da construção das identidades de gênero.

Essa pedagogia é composta por uma série de artefatos culturais dispostos e disponíveis às crianças, tais como: livros infantis (ARGÜELLO, 2005), brinquedos industrializados e com forte apelo midiático (AZEVEDO, 2003), utensílios presentes no cotidiano da instituição de Educação Infantil (pratos, copos, mesas, roupas, acessórios pessoais, dentre outros), que são fontes de disseminação de representações de gênero[4] para meninos e meninas.

Para a maioria dos/as investigadores/as desse grupo, o brincar e as brincadeiras infantis são vistos como momentos de legitimação das diferenças de gênero, embora alguns desses trabalhos se esforcem em demonstrar os processos de resistência das crianças às referências masculinas e femininas impostas pela sociedade às meninas e aos meninos. Autores/as desse grupo de pesquisas – como, por exemplo, Guizzo (2005, 2011), Argüello (2005), Bello (2006), dentre outros/as – reconhecem que o momento da brincadeira é um tempo/espaço no qual as crianças expressam mais claramente o modo como modelos sociais lhes são impostos, apesar de, em tais situações, poderem experimentar novas e genuínas formas de vivenciar a masculinidade e a feminilidade (CARVALHAR, 2009; GUERRA, 2005).

Nesses estudos, apesar de haver uma grande preocupação por parte dos/as autores/as em compreender a conformação das crianças às representações de gênero, fica evidente que meninos e meninas têm a oportunidade de experimentar as primeiras descobertas sobre as relações de gênero e sobre a sexualidade, desvendando verdadeiros "segredos sagrados", parafraseando o título da dissertação de Judite Guerra (2005).

A pedagogia de gênero imposta nas instituições de Educação Infantil às crianças também é constituída por toda uma visualidade composta por murais nas salas de aulas, geralmente identificados pelas cores azul ou verde, para os meninos, e com as cores rosa ou vermelho, para as meninas. As cores das carteiras, os copos, que são direcionados de acordo com o sexo, bem como ícones da *cultura pop* – meninos identificando-se com super-heróis e meninas com bonecas que personificam ideais de embelezamento e padrão estético (GUIZZO, 2004, 2011; CARVALHAR, 2009), entre tantos outros que se transformam em simbologias de gênero. Desse modo, tais elementos caracterizam a instituição de Educação Infantil como um espaço educativo reprodutor de valores sexistas (TOMAZELLI, 2014).

Muitos dos estudos reunidos nesse grupo apontam a heterossexualidade como um importante elemento normalizador que atravessa o processo de construção das identidades de gênero de meninos e de meninas (GUERRA, 2005; GUIZZO, 2005, 2011; BELLO, 2006; CARVALHAR, 2009). Desse modo, os/as autores/as enfatizam que variados discursos heteronormativos são cotidianamente acionados por meio de estratégias de constrangimento e censura às crianças que, apesar das coerções, não se rendem a tais normalizações.

Do ponto de vista metodológico, as teses e as dissertações aqui reunidas apontam os métodos observacionais (comumente associados à etnografia) como metodologia de pesquisa capaz de desvelar toda essa pedagogia implícita que se desenrola no cotidiano das instituições de Educação Infantil. No que diz respeito aos dados de pesquisa, estes são produzidos por meio de diferentes instrumentos que evidenciam relações interpessoais e processos de subjetivação (como, por exemplo, a observação participante, com registros em cadernos de campos e vídeo-gravações). Contudo, nesses estudos, verifica-se baixo uso de técnicas de conversação que permitam compreender os pontos de vista das crianças.

Aqui é preciso cautela nas análises para não incorrer em visões equivocadas sobre a produção acadêmica reunida nesse grupo de teses e de dissertações. O fato de muitos/as autores/as desse grupo de pesquisa optarem por não ouvir as crianças – como é o caso das pesquisas de Azevedo (2003), Guizzo (2005), Bello (2006), Argüello, 2005, Bíscaro (2009) para citar alguns exemplos – não autoriza pensar que tais estudos careçam de rigor do ponto de vista metodológico. Se considerarmos que a maioria dos trabalhos dessa categoria foi realizada entre os anos de 2000 e 2009, evidencia-se concomitância com um momento que a produção acadêmica começa a despertar para a capacidade das crianças em falar sobre as experiências sociais por elas vividas, assim como se trata de um momento que se inicia um processo de

refinamento de instrumentos de produção de dados (entrevistas individuais e coletivas, mediadas (ou não) por recursos de **foto-elicitação**[5] (BANKS, 2004; CLARK-IBÁÑEZ, 2004); complementação de histórias; dentre outros) que são estratégias metodológicas capazes de amplificar as vozes das crianças, ampliando, assim, a capacidade adulta de escutar meninos e meninas.

A escolha de tais instrumentos de conversação com as crianças é, assim, uma opção metodológica que, a partir desse período, começa a ser impulsionada por um conjunto de investigações que, tanto no país quanto no exterior, vem progressivamente se ampliando com efeitos importantes sobre a produção acadêmica da área, uma vez que revela, inclusive, os universos de referência dos coletivos infantis (JAMES; PROUT, 1997; MORROW, 2006; CAMPOS, 2008; ALDERSON, 2009; SANTOS; SILVA, 2016; SANTOS, 2017, dentre outros).

É extensa a cartografia de elementos materiais e simbólicos disseminados cotidianamente no interior das instituições de Educação Infantil que informam e conformam modos de ser menino e de ser menina; de ser homem e de ser mulher que tais investigações apontam. São práticas curriculares e rituais cotidianos sacralizados no universo da educação que são alvo de intensa reflexão crítica pelo grupo de pesquisas que discute as pedagogias de gênero. Tal fato permite pensar a relevância de um inventário desses discursos que circundam as crianças nas instituições de Educação Infantil (PEREIRA, 2014). Contudo, urge problematizar: Como as crianças lidam com tais constrangimentos em suas interações?

Cabe destacar que tais investigações apontam para o fato de que as prerrogativas da existência de uma pedagogia silente e fluida não são exclusividade das instituições de Educação Infantil, mas, ainda que abjetas, encontram-se disseminadas nas mais diferentes relações vivenciadas pelos atores em âmbito social e em diferentes etapas do processo de escolarização. Desse modo, ao articular o contexto de Educação Infantil às estruturas da vida social mais ampla, as pesquisas que focalizaram as pedagogias de gênero produzidas para as crianças demonstram como meninos e meninas estão envoltos/as desde cedo por diversificados discursos que produzem e processam variados dispositivos de socialização de gênero[6]. Nessa perspectiva, os/as pequenos/as estão envoltos/as, desde a mais tenra idade, por uma série de regulações e de mecanismos que objetivam colocá-los/as próximos da órbita da masculinidade e da feminilidade heterossexual (BELLO, 2006), tanto dentro quanto fora da instituição de Educação Infantil (CARVALHAR, 2009; GUIZZO, 2011).

Percebe-se que a pedagogia de gênero produzida para as crianças se trata, na realidade, de uma **pedagogia latente** ou **pedagogia implícita**, cuja meta "[...] significa apreender aquelas aprendizagens que se consolidam nos subterfúgios dos acontecimentos, ações, circunstâncias e práticas das instituições educativas" (GOMES, 2005, p. 31-32). Assim, valores atribuídos às diferenças de gênero encontram-se implícitos nos rituais e nas práticas desenvolvidos no interior da instituição de Educação Infantil, construídos e disseminados nas mais diversas situações vivenciadas pelas crianças.

Relações de gênero entre as crianças

Outro grupo de pesquisas que compõe este levantamento diz respeito às teses e às dissertações que se ocuparam em compreender as **relações de gênero entre as crianças**. Esse grupo apresenta a maior concentração de trabalhos: 12 estudos, sendo uma tese de Doutoramento (BUSS-SIMÃO, 2012) e 11 dissertações de Mestrado (GOBBI, 1997; COSTA, 2005; FINCO, 2004; GOMES, 2005; INTRA, 2007; CUNHA, 2008; PICCOLO, 2008; PACHECO, 2009; FREIRE, 2010; GARCIA, 2013; GAUDIO, 2013). Os trabalhos aqui concentrados apresentam aportes teóricos variados, cujas bases teóricas se inscrevem na interseção dos estudos feministas, com os estudos sociais da infância e com autores da psicologia do desenvolvimento, mais especificamente aqueles vinculados à escola russa de psicologia comumente conhecida como psicologia histórico-cultural.

De modo geral, os estudos aqui reunidos partem do pressuposto de que a instituição de Educação Infantil é um espaço **generificado**, em outras palavras, um espaço no qual meninos e meninas se relacionam, cotidianamente, com diferentes representações de gênero. Contudo, diferentemente dos trabalhos apresentados no grupo anterior, as teses e as dissertações aqui reunidas reconhecem as instituições de Educação Infantil como espaços onde "[...] meninos se relacionam com meninos e meninas se relacionam com meninas, adultos com crianças e adultos com adultos, crianças se relacionam com objetos e também com significados culturais" (COSTA, 2005, p. 16-17), possibilitando tanto a reprodução de representações hegemônicas de gênero quanto a produção de novos sentidos sobre as diferenças entre ser menino e ser menina; ser homem e ser mulher. Assim sendo, a maioria dos/as autores/as das investigações considera que as relações de gênero vivenciadas pelas crianças são complexas e ricas, pois emergem em diversos momentos, ritos, situações e objetos presentes no cotidiano institucional. Desse modo, as relações de gênero vão se corporificando das mais diversas formas e nas mais diferentes situações (COSTA, 2005; PACHECO, 2009; FREIRE, 2010; GARCIA, 2013; GAUDIO, 2013).

Como as investigações congregadas nesse grupo tomam as crianças como depoentes capazes de narrar suas próprias experiências sociais, a maior contribuição de tais estudos é de ordem metodológica. As pesquisas aqui concentradas veem as crianças como atores sociais competentes no tempo presente e que, embora possuam especificidades etárias, têm muito a dizer sobre a sociedade e sobre as relações sociais que vivenciam, permitindo que seus interlocutores adultos (professores e pesquisadores) as levem em consideração no âmbito da produção dos dados.

A observação prolongada das interações entre as crianças é referendada por esse grupo de trabalhos como metodologia privilegiada para aceder ao ponto de vista das crianças sobre as apropriações que elas realizam das relações de gênero (FINCO, 2004; COSTA, 2005; BUSS-SIMÃO, 2012). Assim

como no grupo anterior, a etnografia, a observação participante e outras metodologias focalizadas em métodos observacionais são potencialmente vistas como capazes de identificar as peculiaridades das relações de gênero nos primeiros anos de vida. No entanto, os dados provenientes dos métodos observacionais são constantemente triangulados com técnicas de conversação aplicadas tanto com adultos quanto com crianças.

Nesse sentido, a conjugação entre diversas metodologias permite que pesquisadores/as da infância construam formas sensíveis e mais eficazes de captar as experiências das crianças, com ênfase para aquelas provenientes das relações de gênero e que contribuem para a constituição de suas identidades sociais. Por conseguinte, para captarem-se as vozes das crianças, os métodos de conversação (entrevistas individuais e coletivas) urgem serem refinados e potencializados por meio da articulação com outros recursos de produção de dados.

Exemplo disso é a conjugação do desenho com a oralidade das crianças proposta por Marcia Gobbi (1997). A autora realizou um estudo que objetivou identificar as relações de gênero presentes no cotidiano das crianças por meio de desenhos produzidos por meninos e meninas. Nesse processo, utilizando técnicas de **foto-elicitação** (BANKS, 2004; CLARK-IBÁÑEZ, 2004), as interpretações sobre a produção gráfica das crianças aliavam-se às explicações que meninos e meninas davam sobre o que haviam desenhado, pois a autora concebia as crianças "[...] como falantes e criadoras de sua própria cultura. Sujeitos. Meninos e meninas que falam e desenham suas casas, seus pais, suas mães" (GOBBI, 1997, p. 2). A autora afirma que os desenhos são legítimos documentos históricos produzidos pelas crianças e por meio dos quais é possível conhecer muitos aspectos de sua realidade vivida.

A potencialidade do brincar ao longo do processo de apropriação das relações de gênero pelas crianças foi também percebida por diferentes pesquisas reunidas neste grupo (FINCO, 2004; GOMES, 2005; COSTA, 2005; INTRA, 2007; CUNHA, 2008; PICCOLO, 2008; BUSS-SIMÃO, 2012, para citar alguns exemplos). Gomes (2005), ao analisar as falas e as demais interações das crianças, identificou a presença de discursos estereotipados que promovem discriminação e assimetria entre os gêneros durante as brincadeiras vivenciadas por meninos e meninas. Contudo, nos mesmos momentos de brincadeiras em que se engajavam em situações promotoras de diferenciação entre a masculinidade e a feminilidade, as crianças questionavam e problematizavam tais estereótipos, "[...] demonstrando que elas não são meramente receptores passivos dos significados socialmente produzidos quanto à construção do masculino e feminino" (GOMES, 2005, p. 94). De acordo com a autora, o brincar permite verificar a capacidade de ação das crianças e, desse modo, aceder aos seus universos simbólicos de referência, pois, nesses momentos,

> [...] elas expressavam suas opiniões a respeito do masculino e do feminino, problematizando as representações engendradas pela cultura adulta ao introduzir novas dimensões interpretativas às

> questões suscitadas nas relações com os pares. Nesse sentido, o brincar se evidenciou como um meio privilegiado que permite às crianças transcender as fronteiras delimitadas pela estruturação binária (GOMES, 2005, p. 133).

Desse modo, o brincar configura-se como tempo/espaço de experimentação das diversas possibilidades de ser menino e menina; homem e mulher. Na brinquedoteca, nos parquinhos, nas situações e nos espaços em que meninos e meninas interagem entre si e sem muitas interferências dos adultos, as crianças encontram as condições necessárias para transitar entre dois polos (experimentando brinquedos, situações e brincadeiras usualmente realizadas pelas crianças do sexo oposto), o que revela, desse modo, a instabilidade da construção do masculino em contraposição ao feminino e vice-versa (FINCO, 2004; GOMES, 2005, COSTA, 2005; BUSS-SIMÃO, 2012).

Sendo a brincadeira – e as diferentes interações das crianças – o modo de ação social mais evidente, ela passa a ser considerada pelos/as pesquisadores/as como momento importante de observação e análise. Segundo Finco (2004, p. 129), "[...] a brincadeira possui um papel importante no processo de socialização e das relações de gênero na infância, pois cria um espaço experimental para a construção da identidade de gênero". É exatamente a contradição que atravessa a brincadeira que a faz momento privilegiado de experimentação e de produção de novas possibilidades de ser menino e menina; homem e mulher: "[...] ela pode ser tanto um espaço de experimentação espontânea, como pode ser uma forma de produção e controle dos estereótipos masculinos e femininos de uma determinada sociedade" (FINCO, 2004, p. 129).

Uma das principais contribuições dos trabalhos dessa categoria reside no fato de que eles percebem a competência das crianças em estabelecer diferentes condutas nas relações que vivenciam entre si e nas relações que vivenciam com os adultos. As pesquisas agrupadas em torno da temática **relações de gênero na perspectiva das crianças** são unânimes em demostrar que o pertencimento a um determinado sexo (como menino ou menina) e os conhecimentos relativos a cada um dos gêneros (masculino e feminino) envolvem uma variedade de saberes de ordem social e cultural, os quais "[...] requerem um estudo minucioso para se compreender como, e o quê, as crianças sabem e aprendem sobre esses elementos culturais e sociais ao estabelecerem suas relações no cotidiano de uma instituição de Educação Infantil" (BUSS-SIMÃO, 2012, p. 194).

Diferentemente da categoria anterior – na qual prevalece o peso das práticas e dos discursos no processo de conformação das identidades de gênero das crianças às representações hegemônicas da masculinidade e da feminilidade –, as teses e as dissertações que investigaram as **relações de gênero entre as crianças** destinam pouca atenção às dimensões estruturais das **pedagogias de gênero organizadas pelos adultos** para os pequenos. Dessa forma, há de considerar-se que forças estruturantes se interpõem nas ações dos indivíduos, principalmente quando se trata das relações de gênero em um

contexto estruturado pelos adultos para as crianças como as instituições de Educação Infantil (SANTOS, 2016, 2017).

Falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças

Seis pesquisas (duas teses e quatro dissertações) compõem o último conjunto de trabalhos desse levantamento realizado junto aos PPGEs. Tais estudos estão combinados em um grupo de pesquisas que versam sobre a **falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças**. Essas pesquisas situam-se em um quadro conceitual diversificado que ora vai dialogar com aportes teórico-metodológicos provenientes da psicanálise, mais especificamente com as teorias sobre a sexualidade infantil de Freud e os estudos de Lacan (MANHÃES, 2004; CASAROTTI, 2009), ora com os estudos de gênero cujas tradições teóricas se fundamentam nas teorias feministas (FINCO, 2010; FURLAN, 2013; GIONGO, 2015; ORIANI, 2015). O que congrega os trabalhos desse grupo é a necessidade de ouvir as demandas das/os professoras/es que emergem a partir do reconhecimento das relações de gênero vivenciadas pelas crianças e sobre a experimentação da sexualidade por parte de meninos e de meninas.

A maioria dos estudos aqui agrupados propôs-se a revelar e compreender as instituições de Educação Infantil como espaços que promovem o convívio e o confronto entre professoras/es e crianças, relações sociais nas quais ambos os atores desenvolvem múltiplas e complexas interações, desvendando e interpretando sentidos e significados sobre a permanência e a transgressão das normas de gênero estabelecidas (FINCO, 2010; FURLAN, 2013; ORIANI, 2015).

De acordo com as teses e as dissertações agrupadas nesta categoria, as crianças que transgridem as fronteiras estabelecidas para seu sexo são, comumente, percebidas e tratadas por suas professoras como sujeitos desviantes, sendo alvo de intenso trabalho de conformação das condutas individuais às normatizações de gênero – o que denota certa falta de traquejo dos/as docentes frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças, isto é, tais estudos constatam a falta de preparo das/os professoras/es para lidar com as construções de gênero das crianças. Desse modo, ao lançar luzes sobre os modos como as/os professoras/es percebem (ou não) as relações de gênero vividas pelas crianças, consente ponderar que articular infância e gênero é um movimento revelador dos modos como as crianças, situadas em contextos concretos como as instituições de Educação Infantil, individual ou coletivamente, vivenciam as possibilidades e os constrangimentos impostos pelos sistemas e pelas estruturas sociais **generificados** (FINCO, 2010).

Finco (2010), por exemplo, em sua tese de Doutorado, percebeu que as professoras organizavam processos de socialização diferenciados para meninos e meninas, separando-os/as e conferindo-lhes um conjunto de valores distintos e antagônicos. De acordo com a autora, a organização da rotina diária

estabelecia uma socialização distinta para meninos e meninas. Assim como o trabalho de Finco (2010), outros estudos aqui reunidos corroboram a assertiva de que existe um conjunto de rotinas associado aos valores dicotomizados que pressupõe uma socialização para os meninos distinta daquela ofertada para as meninas, baseando-se, ao mesmo tempo que reproduz, representações de gênero dominantes em sociedade (CASAROTI, 2009; FURLAN, 2013; ORIANI, 2015).

Ao buscarem compreender as relações sociais entre adultos e crianças presentes nos diferentes processos de socialização de gênero, as teses e as dissertações reunidas nesse grupo de trabalhos evidenciam as regulações e os disciplinamentos exercidos pelas/os professoras/es sobre meninos e meninas. Trata-se de um processo meticuloso e recursivo que se estende até que a violência e a agressividade da menina sejam minimizadas, bem como a valentia e a competitividade dos meninos sejam amplificadas. As crianças que resistem ou buscam formas de esquivar-se desse controle dos adultos são concebidas como sujeitos "anormais", o que as tornam alvo de intenso trabalho docente de conformação das subjetividades infantis com representações **heteronormativas** e hegemônicas da masculinidade e da feminilidade (CONNELL; PEARSE, 2015).

Contudo, nesse processo, meninos e meninas encontravam formas de desviar do disciplinamento e do controle dos adultos. Para Finco (2010), apesar de essas crianças causarem estranhamento nas professoras e serem constantemente vigiadas e controladas, isso não se dava de forma passiva, pois "[...] meninos e meninas encontram brechas no gerenciamento do dia-a-dia da EMEI e criam estratégias inteligentes para alcançar seus desejos" (FINCO, 2010, p. 171). Ao identificar as formas de transgressão das crianças e de discuti-las com as professoras, Finco percebe que tais transgressões se conformam como importante objeto de reflexão sobre a infância por parte das professoras de Educação Infantil. De acordo com a autora:

> Estas crianças ao transgredirem as fronteiras, introduzem elementos de instabilidade, tensão e crise, que fazem com que as professoras reflitam sobre suas posturas e concepções a respeito da infância; repensem a própria condição da educação em nossa sociedade contemporânea. São esses meninos e meninas que colocam em [xeque] determinadas concepções, que por longo tempo foram naturalizadas. Os sentimentos de angústia e dúvida experimentados pelas professoras na relação com estas crianças são evidências do caráter dinâmico e complexo desta relação (FINCO, 2010, p. 172).

O que as pesquisas agrupadas sob a temática **falta de traquejo dos adultos frente às relações de gênero vivenciadas pelas crianças** demonstram é que os adultos pouco sabem sobre as relações de gênero entre as crianças e menos ainda sobre a sexualidade infantil. Tanto nos estudos de Manhães (2003) e Casarotti (2009) quanto no de Finco (2010), por exemplo, as docentes relatam conhecer pouco sobre os modos como as crianças produzem sentidos para o ser menino e ser menina. É evidente nos relatos das docentes entrevistadas nesses trabalhos que tais questões impõem às professoras saberes e sensibilidades

dos quais elas, muitas vezes, não dispõem para mediar os processos de apropriação de gênero das crianças.

Em síntese, as teses e as dissertações defendidas entre 1996 e 2015 retratam parte significativa dos estudos produzidos nesse período. Como visto, um grupo de trabalhos toma as crianças como capazes de informar como elas se orientam socialmente com as noções de masculino e feminino em seu cotidiano e nas situações que vivem em pares, mas pouco apresenta a participação dos adultos nessa construção. Em contrapartida, outro grupo de estudos demonstra como as crianças são influenciadas por produtos culturais (tanto no plano material quanto simbólico) criados pelos adultos como forma de legitimar a masculinidade e a feminilidade hegemônicas na sociedade. Há, ainda, um terceiro grupo de estudos que revela o pouco preparo dos adultos em aproximar-se e compreender as relações de gênero vividas pelas crianças.

Considerações finais

O conjunto dos trabalhos reunidos neste levantamento, ao abranger as teses e as dissertações defendidas nos PPGEs do país, de 1996 a 2015, evidenciou avanços e também algumas limitações presentes nesses estudos, bem como as eventuais lacunas da produção recente.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a diversidade de aportes teóricos presentes nos trabalhos. Como visto, são estudos que buscam inspiração em diversas tradições de pesquisa, dentre as quais se pode citar: as correntes dos estudos de gênero e feministas; os trabalhos que se vinculam à psicologia do desenvolvimento, na qual se destaca a escola de psicologia russa (histórico-cultural), representada por Vigotski e seus colaboradores; um significativo grupo de investigações conceitualmente orientado pelos novos estudos da infância; e, por último, mas não menos importante, encontram-se os estudos cujos aportes teóricos são provenientes da psicanálise de Freud e Lacan. Essa variedade teórica, conforme Rocha (2008), tem em vista respeitar as especificidades etárias das crianças na Educação Infantil. De acordo com a autora:

> Preservadas as diferentes bases teóricas, um mapeamento da recorrência dos aportes citados nos trabalhos apresentados permite afirmar que as indicações teóricas e metodológicas que os influenciaram nesse período apontam a necessidade de produzir um conhecimento sobre a criança incorporando suas representações, suas expressões e significações, as dimensões discursivas que a constituem estabelecendo cruzamentos entre diferentes áreas científicas. Frequentemente, o referencial teórico das pesquisas apresentadas associa autores clássicos de referência a autores contemporâneos e a estudos nacionais recentes, e raramente toma um único autor de forma exclusiva. (ROCHA, 2008, p. 57-58).

Embora possa, à primeira vista, demonstrar certa dispersão conceitual no processo de apreensão do fenômeno social em questão, essa heterogeneidade de afiliações teóricas demonstra não só a complexidade do objeto de estudo, qual seja, as relações de gênero vivenciadas na infância; como

também evidencia a constituição do campo de estudos e pesquisas que se preocupa em analisar como os processos de socialização de gênero são vivenciados nos primeiros anos de vida pelas crianças. Outrossim, demonstra que a compreensão da complexidade constitutiva da infância na contemporaneidade demanda uma abordagem interdisciplinar, na qual diversas áreas das ciências sociais e humanas são convocadas ao debate e à reflexão crítica sobre as experiências de meninos e de meninas.

Do ponto de vista metodológico, os trabalhos são quase unânimes em apontar a etnografia como metodologia capaz de contribuir para a construção de um olhar pautado na alteridade da infância. Como visto, a maioria dos trabalhos constitutivos desse balanço deriva de estudos realizados no âmbito do Mestrado, o que explica, em certo sentido, o uso indiscriminado de expressões como: lógica, cunho, inspiração e/ou orientação etnográfica, no âmbito das metodologias dos estudos analisados neste levantamento, demarcando que não se trata de etnografia **da** educação, mas, sim, etnografia **na** educação (MARTINS FILHO, 2010).

Outro ponto positivo desses estudos é que muitos deles propõem que, para aceder ao ponto de vista das crianças, para fazer emergir as vozes de meninos e de meninas, refinar e reestruturar métodos de pesquisa já consagrados na produção de dados em interlocução com sujeitos adultos é um exercício de reflexividade metodológica necessário (e salutar) para o campo. Nessa perspectiva, privilegia-se o uso de procedimentos metodológicos que permitam captar "[...] as diferentes expressões infantis, contrariando a lógica comunicacional adultocentrada, para possibilitar uma relação mais comunicativa e um desafiador processo de aproximação com os diferentes grupos infantis" (ROCHA, 2008, p. 60). Desse modo, as brincadeiras e as diferentes interações das crianças são vistas como formas de expressão simbólicas potencialmente relevantes para se compreender as distintas possibilidades que elas têm de viver a infância nos contextos coletivos de educação e cuidado, fato este que, progressivamente, contribui para a consolidação de um campo pedagógico específico da infância e da Educação Infantil (ROCHA, 1999).

Embora sejam evidentes os limites que a precisão do recorte deste levantamento da produção acadêmica brasileira – que se preocupou em analisar apenas os trabalhos oriundos do campo da educação – impõem aos dados, bem como as incongruências relativas aos assuntos apresentados e discutidos ao longo deste artigo, novas questões emergem: dada as associações de diferentes correntes teóricas e a constituição de metodologias capazes de apreender o ponto de vista das crianças, estar-se-ia diante da emergência de uma área de pesquisas e estudos (que visa compreender as especificidades das relações de gênero nos primeiros anos de vida)? O que se tem produzido sobre gênero, Educação Infantil e infância em outras áreas das ciências humanas e sociais? Essas são questões a se investigar buscando, para tanto, agregar a esse levantamento pesquisas e estudos em outros campos disciplinares das Ciências Humanas e Sociais como forma de compreender o estado do conhecimento sobre as relações de gênero das crianças na Educação Infantil.

Notas

[1] Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro

[2] O presente artigo conforma-se como uma versão ampliada e revista de parte de um dos capítulos de minha tese de doutoramento, intitulada Socialização de gênero na Educação Infantil: uma análise a partir da perspectiva das crianças, defendida em outubro de 2016, no Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação de Isabel de Oliveira e Silva.

[3] Trata-se de um corpus tópico (BAUER; AARTS, 2013), já que possui as seguintes características: i) busca identificar o quanto e como tem sido abordado o tema das relações de gênero na Educação Infantil na Pós-Graduação brasileira; ii) obedece ao princípio da homogeneidade, já que é constituído por teses e dissertações que versam sobre o tema que é objeto deste artigo, elaboradas segundo as regras da Pós-Graduação em Educação de nosso país; e iii) possuem sincronicidade, pois encontram-se dentro de um recorte temporal definido segundo critérios relacionados às políticas para a Educação Infantil e ao incremento dos estudos sobre as crianças e a infância no Brasil (BAUER; AARTS, 2013).

[4] Por representações simbólicas de gênero, compreende-se "[...] o conjunto de formas culturalmente organizadas que possibilitam aos sujeitos aludir, classificar, mostrar ou nomear a si mesmos, as pessoas e as coisas com base nas diferenciações historicamente construídas entre a masculinidade e a feminilidade" (SANTOS, 2017, p. 733).

[5] Foto-elicitação é um recurso de produção de dados em pesquisas sociais que consiste na utilização de imagens (produzidas pelos participantes ou não) que funcionam como auxiliares e amplificadores no processo de conversação (na entrevista individual ou coletiva). Tal técnica é tributaria dos pressupostos dos métodos da antropologia visual e tem como objetivo incentivar uma maior cooperação dos participantes da pesquisa (BANKS, 2004; CLARK-IBÁÑEZ, 2004).

[6] A socialização de gênero é aqui compreendida como a conjugação de diferentes mecanismos que visam à fabricação de subjetividades gendradas e demarcam as especificidades sociais em torno das meninas e dos meninos, pressupondo ora a articulação, ora a dispersão, ora a concorrência de diferentes processos de socializadores (SANTOS, 2017).

Referências

ALDERSON, Priscilla. Children as researchers: the effects of participation rights on research methodology. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. (eds.). Research with children: perspectives and practices. 2. ed. London: Routledge, 2008. p. 271-290.

ARGÜELLO, Zandra Elisa Argüello. Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil. 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AZEVEDO, Tânia Maria Cordeiro. Brinquedos e gênero na educação infantil - um estudo do tipo etnográfico no estado do Rio de Janeiro. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BANKS, Marcus. Dados visuais para pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. São Paulo: Vozes, 2013. p. 39-63.

BELLO, Alexandre Toaldo. Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERTUOL, Bruna. Coisas de menino ou de menina? Pedagogias de gênero nas escolas de Educação Infantil. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2013.

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. A construção das identidades de gênero na educação infantil. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BUSS-SIMÃO, Marcia. Relações sociais em um contexto de educação infantil: um olhar sobre a dimensão corporal na perspectiva de crianças pequenas. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-42.

CARVALHAR, Daniela Lameirinhas. Relações de gênero no currículo da educação infantil: a produção das identidades de princesas, heróis e sapos. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 401-412, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.29286/rep.v21i46.416

CASAROTTI, Magda Helena Balbino. Sexualidade na Educação Infantil: impasses dos professores diante das questões das crianças. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CLARK-IBÁÑEZ, Marisol. Framing the social world with photo-elicitation interviews. American Behavioral Scientist [online], v. 47, n. 12, p. 1507-1527, 2004. DOI: https://doi.org/10.1177/0002764204266236

CONNELL, Raweyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Arlete de. Cenas de meninas e meninos no cotidiano institucional da Educação Infantil: um estudo sobre as relações de gênero. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CUNHA, Elianne Madza de Almeida. Identidade de gênero em situação de brinquedo: um estudo com crianças pré-escolares. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p. 279-288, 2006.

FINCO, Daniela. Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FINCO, Daniela. Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas brincadeiras de meninas e meninos na Educação Infantil. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FREIRE, Maria Angélica Menezes. O jeito de ser menina e menino no cotidiano da Educação Infantil. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FURLAN, Cássia Cristina. Crianças e professoras com a palavra: gênero e sexualidade nas culturas infantis. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

GARCIA, Juliana Lopes. Gênero no cotidiano escolar de uma turma de Educação Infantil: uma análise na perspectiva histórico-cultural. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

GAUDIO, Eduarda Souza. Relações sociais na Educação Infantil: dimensões étnico raciais, corporais e de gênero. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIONGO, Marina Grandi. Socialização de gênero e Educação Infantil: estudo de caso sobre a construção e reprodução dos papéis de gênero em uma escola no Rio Grande do Sul. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GOBBI, Márcia Aparecida. Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e Educação Infantil. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOMES, Renata Fernanda Fernandes. Infância e diversidade: um estudo sobre significações de gênero no brincar. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

GUERRA, Judite. Dos "segredos sagrados": gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar. Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da Educação Infantil. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar. "Aquele negrão me chamou de leitão": representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

INTRA, Zínia Fraga. A constituição do "eu" entre crianças na Educação Infantil: diferentes modos de ser menina e de ser menino. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. A new paradigm for the Sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. (eds.). Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood. 2. ed. London: The Falmer Press, 1997. p. 7-34.

MANHÃES, Marcos Aurélio Ribeiro. Menino ou menina?: um estudo sobre gênero e desenvolvimento infantil. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MARTINS FILHO, Altino José. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPEd. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. Anais eletrônicos [...]. Caxambu: Hotel Glória, 2010. Disponível em: http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6068--Int.pdf. Acesso em: 15 ago. 2014.

MORROW, Virginia. Understanding gender differences in context: implications for young children's everyday lives. Children & Society [online], v. 20, p. 92-104, 2006. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1099-0860.2006.00017.x

ORIANI, Valeria Pall. Relações de gênero e sexualidade na Educação Infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas. 2015. 101 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2015.

PACHECO, Luciana de Bem. De João à Joana: gênero e brincadeiras-atribuição de significados no contexto da educação infantil. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PEREIRA, Marina Coelho. O discurso publicitário e o dizer da criança sobre o brinquedo na construção dos sentidos sobre masculino e feminino. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

PICCOLO, Gustavo Martins. Educação Infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PRETTO Zuleica; LAGO, Mara C. S. Reflexões sobre a infância e gênero a partir de publicações em revistas feministas brasileiras. Revista Ártemis, João Pessoa, v. 1, n. 15, p. 56-71, 2013.

ROCHA, Eloisa Arcires Candal. 30 anos da Educação Infantil na ANPEd: caminhos da pesquisa. Zero-a-seis, Florianópolis, v. 10, n. 17, p. 52-65, 2008. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-4512.2008n17p52

ROCHA, Eloisa Arcires Candal. A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. Pro-posições, Campinas, v. 7, n. 3(21), p. 17-23, nov. 1996.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Socialização de gênero na Educação Infantil: continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. Educação, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 731-750, set./dez. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.5902/1984644428325

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Socialização de gênero na Educação Infantil: uma análise a partir da perspectiva das crianças. 2016. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos; SILVA, Isabel de Oliveira e. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, jan./mar. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603137189

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 34, p. 17-39, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100003

THORNE, Berry. Gender play: girls and boys in schools. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1993.

TOMAZELLI, Lorrene Pontes. Coeducação e gênero: relações por meio das brincadeiras e do lúdico. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. Gender and Society [online], v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

Informação sobre os revisores

Língua Portuguesa
Janete Bridon
E-*mail*: deolhonotexto@gmail.com

Língua Inglesa
Louise Potter
E-*mail*: louise.potter@yahoo.co.uk

Língua Espanhola
Paola de Giacomo
E-*mail*: paolagri@gmail.com